ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis



Ata nº 21/2021

Aos seis dias do mês de julho de 2021, no Plenário da Câmara Municipal, às 10h e 13min, reuniram-se os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do vereador Franklin Machado Pereira, estando presentes os vereadores: Vasco Carvalho, Relator, Dilamar Salbego, Secretário, Ângelo Resta, Membro e Elizandra Sacardi, Membro Suplente. O Presidente da Comissão declarou aberta a reunião. Posteriormente, foi dispensada a leitura da ata nº 20/2021, da reunião anterior, que colocada em discussão não houve quem quisesse discuti-la ou retificá-la. Submetida à votação, restou aprovada por maioria, pois a vereadora Elizandra Sacardi se absteve do voto visto que não participou da reunião anterior. Logo, o Secretário realizou a leitura do Ofício nº 406/2021, do vereador Nilo Santos, informando que não participaria da reunião porque estava em Brasília - DF, em audiência com o Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência e com demais Deputados Federais; Leitura da convocação da vereadora Elizandra Sacardi como Membro Suplente. Em seguida foi colocado em votação o abono da falta do vereador Nilo Santos, que restou aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente da Comissão colocou a palavra à disposição do Relator para que efetuasse a leitura dos seus votos, referente às matérias constantes na pauta da reunião: Projeto de Lei nº 32/2021, do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de São Francisco de Assis- RS para o quadriênio 2022/2025 e dá outras providências. O Relator exarou voto favorável à tramitação do Projeto de Lei em Pauta. Submetido à votação, a Comissão resolveu acompanhar, por unanimidade o voto do Relator, transformando-o em Parecer. Projeto de Lei nº 29/2021, do Executivo Municipal, que altera o Artigo 127 da Lei nº 55/2003- Regime Jurídico dos Servidores Municipais e dá outras providências. O Relator exarou voto favorável à tramitação do Projeto de Lei em Pauta. Submetido à votação, a Comissão resolveu acompanhar, por unanimidade o voto do Relator, transformando-o em Parecer. Projeto de Lei nº 54/2021, do vereador Franklin Pereira, que cria o Programa de Saneamento Básico "Fossa Limpa" para executar serviços de limpeza de resíduos/dejetos de fossas de imóveis localizados em bairros que não possuem infraestrutura básica e dá outras providências. O Relator exarou voto contrário à tramitação do Projeto de Lei em Pauta e sugeriu que o mesmo seja enviado como indicação. O vereador

Charles Charles

Day W

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis

proponente do Projeto de Lei acatou a sugestão do Relator. Submetido à votação, a Comissão resolveu acompanhar, por unanimidade o voto do Relator, transformando-o em Parecer. Projeto de Lei nº 56/2021, do vereador Ebertom Luiz, que obriga as empresas e as concessionárias que fornecem energia elétrica telefonia, telefonia fixa, banda larga, televisão a cabo ou outro serviço, por meio de rede aérea, a retirar de postes a fiação excedente e sem uso que tenham instalado, no âmbito do município de São Francisco de Assis e dá outras providências. A vereadora Elizandra Sacardi solicitou que o Secretário realizasse a leitura do Parecer da Procuradora Jurídica desta Casa. o Relator exarou voto favorável à tramitação do Projeto de Lei em Pauta. O vereador Ângelo Resta pediu vista do referido Projeto e o Presidente da Comissão acatou seu pedido. Projeto de Lei nº 33/2021, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a permitir o uso de imóvel público para instalação de Poço Artesiano com reservatório de água e dá outras providências. O Relator exarou voto favorável à tramitação do Projeto de Lei em Pauta. Submetido à votação, a Comissão resolveu acompanhar, por unanimidade o voto do Relator, transformando-o em Parecer. Projeto de Lei nº 52/2021, da vereadora Elizandra Sacardi, que disponibiliza local no site oficial da Prefeitura para que o produtor rural possa protocolar seu serviço da patrulha agrícola e dá outras providências. A vereadora Elizandra Sacardi acatou o voto do Relator Vasco Carvalho, que havia exarado voto contrário na semana anterior ao Projeto de Lei mencionado, e também sugerido que a proponente enviasse o mesmo como indicação. Dessa forma, o vereador Ângelo Resta que havia sido designado para dar Parecer no Projeto citado não precisou exarar seu voto como Relator e o Projeto foi retirado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião. Esta segue assinada por todos os presentes.

10